



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ATENÇÃO

No recente acórdão TCU n.º 754/2015 – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o Edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos ilegais, v. g.: não manter a proposta, deixar de enviar documentação exigida, fazer declaração falsa, não assinar o contrato e etc., sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a penalidades, as quais serão apuradas em regular processo administrativo.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, por meio da Coordenadoria de Gestão de Materiais da Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura da UFMS, sediada na cidade de Campo Grande, a Avenida Costa e Silva, s/n, Cidade Universitária, realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 06 de outubro de 2017.

Horário: 09:30 (horário de Brasília-DF).

Local: COMPRASNET – www.comprasgovernamentais.gov.br

**LICITAÇÃO COM ITENS DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME's / EPP's / COOPERATIVAS
DO ART. 34, LEI N. 11.488/2007.**

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para **Aquisição de material eletro eletrônico de consumo laboratorial para atender as demandas da UFMS. (Parte 1)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.



2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1. O órgão gerenciador será o **UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.2.1. O pedido de autorização para adesão a Ata de Registro de Preços ao órgão gestor devem ser encaminhados exclusivamente ao e-mail cgm.proadi@ufms.br e confirmado via contato telefônico (67) 3345-3501.

3.2.2. A unidade gestora da Ata de Registro de preços responderá ao pedido de adesão em até 5 dias úteis após a ciência do pedido enviado pela Uasq requerente.

3.3. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.4. As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao **dobro** do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

3.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

3.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.



4.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

5.1. A participação neste Pregão é **exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007**, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

5.2. Será concedido tratamento favorecido para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

5.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.3.2. que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.3.3. que estejam reunidas em consórcio;

5.4. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.5. Como condição para participação no Pregão, a entidade de menor porte deverá declarar:

5.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.6. Deverá assinalar, ainda, “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.6.1. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.6.2. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.6.3. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.6.4. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.



6. DO ENVIO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 6.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 6.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.6.1. valor unitário;
 - 6.6.2. a quantidade de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;
 - 6.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.
 - 6.6.3. Marca;
 - 6.6.4. Fabricante;
 - 6.6.5. Descrição detalhada do objeto: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazos de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- 6.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
- 6.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.
- 7.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



7.2.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor (unitário).

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7.1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

7.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.11. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

7.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.13. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7.17. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

7.18. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

7.18.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.



8.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

8.2. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor com valor superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

8.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.4. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de **3 (três)** dias úteis contados da solicitação.

8.5.2.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.2.2. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.2.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.2.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens em que for admitido oferecer quantitativos inferiores, se a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.6. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. O Pregoeiro consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14 e 43 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

9.2.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.



9.2.2. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **2 (duas)** horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica e à Regularidade Fiscal e trabalhista, nas condições seguintes:

9.4. **Habilitação jurídica:**

9.4.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.4.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.4.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.4.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.4.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

9.4.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.4.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.4.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.4.9. **Para os itens 59 a 70 (baterias em geral): Comprovante de Registro do Fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata.**



9.4.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.5. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.7. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de **02 (duas) horas**, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio e-mail pregao.proadi@ufms.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de **03 (três) dias úteis**, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload) ou e-mail.

9.7.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7.2. Endereço de envio da documentação original:

Coordenadoria de Gestão de Materiais – UFMS

Avenida Costa e Silva, s/nº.

Bairro Universitário – CEP 79070-900 – Campo Grande / MS.

Telefones do pregoeiro: (67) 3345-3585/3528

9.8. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI/UFMS)

Avenida Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário

Fones: (67) 3345.3585/3528 – Emails: pregao.proadi@ufms.br

79070-900 - CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL



9.8.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.9. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, o licitante será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.10. A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.13. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

10. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.



11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12. DOS RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **3 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.



14.1.1. Na impossibilidade de comparecimento no local e data estabelecidos na convocação, as licitantes classificadas poderão optar pelo preenchimento do **Termo de Responsabilidade Sobre a Ata de Registro de Preços (conforme modelo do Anexo VIII – fulcro no art. 25, I, do Decreto 7892/2013)**, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, o qual deverá ser datado e assinado por pessoa devidamente autorizada.

14.1.2. Os termos e cláusulas encontram-se delineadas na Minuta da Ata de Registro de Preços (conforme modelo no Anexo IX).

14.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Dentro da validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização).

15.2. Previamente à contratação, a Administração promotora da licitação realizará consulta ao SICAF para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

15.2.1. A adjudicatária terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor registrado e aceita pela Administração.

15.4. Antes da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

15.4.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16. DO PREÇO

16.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.



16.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

17. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30** dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

19.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

19.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

19.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

19.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

20. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

20.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

20.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

20.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

20.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI/UFMS)
Avenida Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário

Fones: (67) 3345.3585/3528 – Emails: pregao.proadi@ufms.br
79070-900 - CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL



21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- 21.1.1. não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta, não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;
- 21.1.2. apresentar documentação falsa;
- 21.1.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 21.1.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 21.1.5. não manter a proposta;
- 21.1.6. cometer fraude fiscal;
- 21.1.7. comportar-se de modo inidôneo;

21.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 21.3.1. Multa de **15% (quinze por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 21.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

21.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

21.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

22.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao.proadi@ufms.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço **Av. Costa e Silva, s/nº, Bairro Universitário, Campo Grande (MS)**, na Coordenadoria de Gestão de Materiais – CPEL/UFMS.

22.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.



- 22.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 22.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 22.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço de e-mail pregao.proadi@ufms.br nos dias úteis, no horário das 07:30 as 10:30. Horas e das 13:30 as 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 23.10. Em cumprimento ao Art. 3º da Lei 10.520, incisos I a IV e Decreto 5450, Art. 8º, incisos de I a VII, designo como pregoeiro (a) para este certame, o (a) Servidor (a) Kleiton Barbosa Arantes, nomeado (a) pela Portaria 996 - RTR, de 22 de agosto de 2017.
- 23.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

22.1.1 Anexo I – Termo de Referência



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



- 22.1.2 Anexo II – Identificação da Licitante**
- 22.1.3 Anexo III – Modelo de Proposta Comercial**
- 22.1.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação**
- 22.1.5 Anexo V – Modelo de Declaração de Inexistência de Menor Trabalhador**
- 22.1.6 Anexo VI – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta**
- 22.1.7 Anexo VII – Declaração de Ciência de Ata de Registro de Preços**
- 22.1.8 Anexo VIII – Termo de Responsabilidade sobre a Ata de Registro de Preços**
- 22.1.9 Anexo IX – Minuta da Ata de Registro de Preços**

Campo Grande – MS, de de 2017.

Cláudio César da Silva
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PREGÃO ELETRÔNICO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS - SRP
REGIME DE EXECUÇÃO	MENOR PREÇO POR ÍTEM
SOLICITANTES	DIAX/PROADI, CEX/PROECE, DIGR/PROECE, COAD/CPAN, COAD/CPAQ, COAD/CPTL, CPNA, FACOM, FAMEZ, COAD/INQUI, INMA CPAR, CPPP, FAENG, INFI, SAD/CPCS, SAD/CPCX, SAD/CPPP, COAD/INBIO, PROPLAN

OBJETO

Aquisição de material eletro eletrônico de consumo laboratorial para atender as demandas da UFMS. (Parte 1)

*** IMPORTANTE: Em caso de divergência com a Descrição, prevalecerá o descrito no Complemento.**

Item	Código	Descrição	Complemento	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Total
1	410.684	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO PROTETOR DE TOMADA, MATERIAL PLÁSTICO POLIPROPILENO, COR BRANCA, APLICAÇÃO TOMADA NOVO PADRÃO BRASILEIRO, TIPO FIXAÇÃO ENCAIXE		UN	60	1,23	73,80
2	400.440	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO SUPORTE PARA DIODO EMISSOR DE LUZ (LED), MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO ROSCA 5 MM, TIPO FIXAÇÃO EM CHASSI, ACESSÓRIOS PORCAS		UN	10	1,23	12,30
3	400.440	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO, TIPO SUPORTE PARA DIODO EMISSOR DE LUZ (LED), MATERIAL PLÁSTICO, DIÂMETRO ROSCA 5 MM, TIPO FIXAÇÃO EM CHASSI, ACESSÓRIOS PORCAS		CX 25.00 UN	3	25,83	77,49



4	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador Borne de Alimentação Para Plug P4 2,1mm - FL-01.	UN	3	8,00	24,00
5	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador Emenda RJ12 YH-201 6P4C 1F x 1F	UN	3	8,00	24,00
6	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador HDMI Macho/HDMI Fêmea Gold - 90 Graus	UN	20	20,67	413,40
7	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador HDMI Macho/HDMI Macho Gold - 180 Graus	UN	20	20,67	413,40
8	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador Mini USB 5 Pinos Fêmea Para USB A Macho	UN	20	25,00	500,00
9	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador T RJ11 YH-203 6P4C 3F x 1M Extensão de Telefone. Ideal para expandir um 1 ponto de telefone para 3 pontos.	UN	3	13,50	40,50
10	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador USB-A Fêmea Para USB-A Fêmea	UN	15	20,00	300,00
11	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador USB A Fêmea Para USB Mini B 5 Pinos Macho	UN	10	25,00	250,00
12	150.625	ADAPTADOR CONECTOR	Adaptador USB-A Macho Para USB-A Macho	UN	10	20,00	200,00
13	435.920	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15 PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI fêmea e a conexão VGA macho	UN	35	36,00	1.260,00
14	435.920	ADAPTADOR CONECTOR, TIPO CONECTORES HDMI 19 PINOS/ VGA 15 PINOS, APLICAÇÃO VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PEQUENO TIPO TOMADA	Sendo a conexão HDMI Macho e a conexão VGA Fêmea.	UN	35	36,00	1.260,00
15	387.200	ADAPTADOR, CONEXÃO ADAPTADOR DE TOMADA TRIPOLAR, APLICAÇÃO ATENDER NOVO PADRÃO BRASILEIRO DE TOMADA, REFERÊNCIA SMS 64119		UN	90	9,30	837,00
16	386.071	ADAPTADOR, CONEXÃO TIPO T, BENJAMIN, COM 3 ENTRADAS 2P+T E UMA SAÍDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRIPOLAR PARA BIPOLAR, APLICAÇÃO COMPUTADOR E FILTRO DE LINHA		UN	160	7,17	1.147,20
17	386.071	ADAPTADOR, CONEXÃO TIPO T, BENJAMIN, COM 3 ENTRADAS 2P+T E UMA SAÍDA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TRIPOLAR PARA BIPOLAR, APLICAÇÃO COMPUTADOR E FILTRO DE LINHA	filtro de linha, tensão alimentação 127v, qta saída 6 tomadas tripolares polarizadas, aplicação informática, comprimento cabo 3 metros.	UN	120	46,50	5.580,00
18	424.787	ADAPTADOR, QUANTIDADE PINOS 3 UN, TENSÃO NOMINAL 110/220 V, CONEXÃO TOMADA 2P+T		UN	50	5,00	250,00



19	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136		UN	75	5,00	375,00
20	407.950	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO FÊMEA-MACHO, CORRENTE NOMINAL 10 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, COR BRANCA, MATERIAL TERMOPLÁSTICO, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136	ADAPTADOR "REVERSO" 2 P + T , 2 PINOS BRANCOS, TENSÃO NOMINAL 250 V	UN	70	5,00	350,00
21	420.120	ADAPTADOR, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 250 V, TIPO PLUGUE, CONEXÃO TOMADA 2P + T CHATO NOVO PADRÃO, CORRENTE NOMINAL 15 A, APLICAÇÃO REDE ELÉTRICA, NORMAS TÉCNICAS ABNT NBR 14136:2002		UN	20	5,00	100,00
22	376.467	ADAPTADOR, TIPO DE UM LADO TOMADA 2P+T E UNIVERSAL, DO OUTRO PLUG U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PADRÃO BRASILEIRO, COR BRANCA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136/2002, CÓDIGO 690660 OU SIMILAR	Corrente máxima 10 A tensão de 220 V	UN	40	5,00	200,00
23	376.467	ADAPTADOR, TIPO DE UM LADO TOMADA 2P+T E UNIVERSAL, DO OUTRO PLUG U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PADRÃO BRASILEIRO, COR BRANCA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136/2002, CÓDIGO 690660 OU SIMILAR	corrente máxima: 10A tensão nominal: 110/220V	UN	40	5,00	200,00
24	376.467	ADAPTADOR, TIPO DE UM LADO TOMADA 2P+T E UNIVERSAL, DO OUTRO PLUG U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PADRÃO BRASILEIRO, COR BRANCA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136/2002, CÓDIGO 690660 OU SIMILAR	Corrente máxima 20 A tensão de 110 v	UN	30	5,00	150,00
25	376.467	ADAPTADOR, TIPO DE UM LADO TOMADA 2P+T E UNIVERSAL, DO OUTRO PLUG U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PADRÃO BRASILEIRO, COR BRANCA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136/2002, CÓDIGO 690660 OU SIMILAR	corrente máxima : 20 A tensão nominal : 110 V	UN	50	5,00	250,00
26	376.467	ADAPTADOR, TIPO DE UM LADO TOMADA 2P+T E UNIVERSAL, DO OUTRO PLUG U, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PADRÃO BRASILEIRO, COR BRANCA, NORMAS TÉCNICAS NBR 14136/2002, CÓDIGO 690660 OU SIMILAR	Corrente máxima de 10 A e tensão de 110 v.	UN	40	5,00	200,00



27	382.980	ADAPTADOR, TIPO FÊMEA-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM AUDIO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR XLR	PLUGUE XLR FÊMEA, CONECTOR DE LINHA, 3 PINOS, METAL, CAPA PLÁSTICA DE ALTA RESISTÊNCIA E PRENSA CABO. POSSUI CLAMP TIPO GARRA PARA PRENDER O CABO. ACABAMENTO NIQUELADO, CONTATOS ZINCO, CONECTORES COM ENCAIXE PARA SOLDA, SISTEMA DE JAWS DE RETENÇÃO DO CABO, MONTAGEM RÁPIDA SEM CHAVE DE FENDA, DIMENSÃO (AXLXP) (2X2X8CM), PESO 0,04 KG.	UN	22	29,00	638,00
28	389.986	ADAPTADOR, TIPO MACHO-FÊMEA, APLICAÇÃO USO EM VÍDEO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR DVI-HDMI		UN	15	17,67	265,05
29	382.981	ADAPTADOR, TIPO MACHO-MACHO, APLICAÇÃO USO EM AUDIO, MATERIAL METÁLICO, CONECTOR XLR	PLUGUE XLR MACHO, METAL NIQUELADO COM CORPO JATEADO, ACABAMENTO EXTERNO EM ZINCO, CONECTORES COM ENCAIXE PARA SOLDA, SISTEMA DE RETENÇÃO DO CABO, MONTAGEM RÁPIDA SEM CHAVE DE FENDA.	UN	20	29,00	580,00
30	400.034	ADAPTADOR, TIPO PINO CILÍNDRICO PARA CHATO, QUANTIDADE PÓLOS 2 P, QUANTIDADE PINOS 2 UN, TENSÃO NOMINAL 250 V, CONEXÃO PLUGUE PINO CHATO PARA TOMADA ENTRADA PINO REDOND O, CORRENTE NOMINAL 10 A, APLICAÇÃO INFORMÁTICA		UN	35	6,33	221,55
31	396.113	ADAPTADOR, TIPO PINO REDONDO, QUANTIDADE PÓLOS 2 P + T, TENSÃO NOMINAL 127/ 220 V, CONEXÃO TOMADA UNIVERSAL PARA PADRÃO BRASILEIRO, CORRENTE NOMINAL 10 A, POTÊNCIA NOMINAL 1270/2200 W		UN	110	6,33	696,30
32	399.646	ADAPTADOR, TIPO PLUGUE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ADAPTADOR DE TOMADA DO NOVO PADRÃO, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO PREDIAL		UN	5	6,33	31,65



33	236.168	ALICATE WATTIMETRO, POTÊNCIA ATIVA 1.200 KW, TENSÃO AC 600 V, TENSÃO DC 600 V, CORRENTE AC 2.100 A, CORRENTE DC 2.500 A, RESISTÊNCIA 400 OHMS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TERMOPAR TIPO K/ BEEP DE CONTINUIDADE		UN	3	562,00	1.686,00
34	332.002	ALICATE WATTIMETRO, POTÊNCIA ATIVA ATÉ 2.000 KW, CORRENTE AC ATÉ 2.000 A, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DISPLAY DUPLO, KW+PF, KVA+KVAR, V+HZ, TRIFÁSICO		UN	5	1.916,00	9.580,00
35	335.123	ALICATE WATTIMETRO, POTÊNCIA ATIVA ATÉ 2.000 KW, RESISTÊNCIA 400 OHMS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESOLUÇÃO 10W, 100W, 1KW, POTÊNCIA REATIVA 100 A, TENSÃO AC/DC 500 A 800 A, CORRENTE AC/DC 500 A 2.000 A		UN	3	1.916,00	5.748,00
36	052.078	AMPLIFICADOR	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA DUPLO LM 747, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELETRO ELETRÔNICA	UN	30	5,27	158,10
37	393.760	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 301, TENSÃO SAÍDA +15/-15 V		UN	30	5,27	158,10
38	300.120	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 311, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELETRO- ELETRÔNICA		UN	29	5,27	152,83
39	052.078	AMPLIFICADOR	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA LM 837, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14	UN	6	5,27	31,62
40	349.213	AMPLIFICADOR OPERACIONAL, REFERÊNCIA TL084, ENCAPSULAMENTO DIP, NÚMERO PINOS 14		UN	35	5,27	184,45
41	437.455	ARAME, MATERIAL AÇO INOX, BITOLA 0,45 MM, APLICAÇÃO CERCA ELÉTRICA	ARAME (FIO) AÇO INOX 302, RÍGIDO. BITOLA 0,45 MM.	BOB 300.00 M	3	60,00	180,00
42	437.455	ARAME, MATERIAL AÇO INOX, BITOLA 0,45 MM, APLICAÇÃO CERCA ELÉTRICA	ARAME FIO DE AÇO INOX 302, RÍGIDO, BITOLA 0,60 MM. (BOB 300.00 M	3	80,00	240,00
43	437.455	ARAME, MATERIAL AÇO INOX, BITOLA 0,45 MM, APLICAÇÃO CERCA ELÉTRICA	ARAME FIO DE AÇO INOX 302, RÍGIDO, POLIDO, BITOLA 0,30 MM. (BOB 300.00 M	3	60,00	180,00
44	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Fio de Níquel-Cromo (NiCr-80/20), Diâmetro: 0,5mm	KG	4	310,00	1.240,00
45	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Fio de Níquel-Cromo (NiCr-80/20), Diâmetro: 1,0 mm	KG	4	310,00	1.240,00
46	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	Fio de Níquel-Cromo (NiCr-80/20), Diâmetro: 2,0 mm	KG	2	310,00	620,00
47	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.079MM (40AWG)	KG	5	310,00	1.550,00
48	336.375	ARAME, MATERIAL NÍQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.089MM (39AWG)	KG	5	310,00	1.550,00



49	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.114MM (37AWG)	KG	5	310,00	1.550,00
50	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.127MM (36AWG)	KG	2	310,00	620,00
51	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.160MM (34AWG)	KG	2	310,00	620,00
52	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.180MM (33AWG)	KG	2	310,00	620,00
53	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.203MM (32AWG)	KG	2	310,00	620,00
54	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.254MM (30 AWG)	KG	2	310,00	620,00
55	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.321MM (28 AWG)	KG	2	310,00	620,00
56	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.404MM (26 AWG)	KG	2	310,00	620,00
57	336.375	ARAME, MATERIAL NIQUEL CROMO, BITOLA 30 AWG	FIO NIQUEL CROMO 0.511MM (24 AWG)	KG	2	310,00	620,00
58	095.516	BANCO DE RESISTORES	CARGA RESISTIVA OU BANCO DE CARGAS 24V TRIFÁSICO - PARA SIMULAÇÃO DE CARGA RESISTIVA EM CIRCUITOS MONOFÁSICOS E TRIFÁSICOS EM TENSÃO DE 24 V.	UN	3	341,67	1.025,01
59	238.296	BATERIA AUTOMOTIVA, VOLTAGEM 12 VOLT, CAPACIDADE 60 A/H		UN	15	325,00	4.875,00
60	327.653	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO ALIMENTAÇÃO CIRCUITO ELETRÔNICO, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V, MODELO 357A		EMB 10.00 UN	5	20,00	100,00
61	401.345	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL, SISTEMA ELETROQUÍMICO ALCALINA, TENSÃO NOMINAL 1,5 V, MODELO LR1130/AG10, CAPACIDADE NOMINAL 70 MAH, FORMATO MOEDA		UN	54	1,85	99,90
62	356.731	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2025		EMB 5.00 UN	30	6,17	185,10
63	345.018	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, SISTEMA ELETROQUÍMICO LITHIUM, TENSÃO NOMINAL 3 V, MODELO CR-2032		EMB 10.00 UN	80	11,67	933,60
64	302.573	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 1,50 V, APLICAÇÃO TERMÔMETRO DIGITAL "FLELIBLE B-D", CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FORMATO EM PASTILHA, LR41/ ÓXIDO DE PRATA		UN	35	6,00	210,00
65	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO		EMB 10.00 UN	75	78,33	5.874,75
66	234.354	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO ALCALINA, VOLTAGEM 9 V, APLICAÇÃO APARELHO ELETRO-ELETRÔNICO	cátodo de Alto Desempenho, Supercondutores de grafite e dióxido de ultra pura manganês (MnO2) .	UN	163	8,50	1.385,50



67	313.931	BATERIA NÃO RECARREGÁVEL, TIPO LITHIUM, VOLTAGEM 3 V, APLICAÇÃO MÁQUINA FOTOGRÁFICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS MODELO CR2032		UN	33	2,43	80,19
68	021.881	BATERIA RECARREGAVEL	Bateria para Estação Total Ruide, modelo: NB-28 NIMH 6V 2800mAh.	UN	5	695,00	3.475,00
69	271.793	BATERIA RECARREGÁVEL, TENSÃO 9V/120MAH V, APLICAÇÃO P/ INCUBADORA FANEM MOD 186ST E IT 158TS		UN	15	12,00	180,00
70	053.171	BATERIA SECA NAO RECARREGAVEL	BATERIA ALCALINA AG10 / 389A, 1,5V.	EMB 10.00 UN	5	40,00	200,00
71	065.374	BOBINA PARA FIO ELETRICO	bobina de fio duplo, cores vermelho e preto, comprimento 100 metros, bitola de 1,5mm ²	UN	5	86,00	430,00
72	038.229	BOMBA ALTERNATIVA PARA AGUA	Bomba de Água / Eletrobomba para Projetos - BAV1126. ESPECIFICAÇÕES: - Modelo: BAV1126; - Potência: 34W; - Materiais: metal e plástico; - Diâmetro externo da entrada: 39mm (1,53"); - Diâmetro externo da saída: 30mm (1,18"); - Dimensões: (na imagem); - Peso: 489g.	UN	3	72,50	217,50
73	038.229	BOMBA ALTERNATIVA PARA AGUA	Mini Bomba de Água (d'água) para Arduino - RS-360SH. ESPECIFICAÇÕES: - Materiais: metal e plástico; - Tensão nominal: 7.2V; - Voltagem adequada: DC 3-9V (terminal positivo marcado com ponto vermelho); - Corrente sem carga: 0,36A; - Corrente em máxima eficiência: 1,76A; - Diâmetro de entrada e saída: ~4mm; - Vazão de água: ~0,5 l/m; - Diâmetro do motor: 27mm; - Comprimento da bomba: 52mm; - Peso: 72g.	UN	15	62,50	937,50



74	038.229	BOMBA ALTERNATIVA PARA AGUA	UTILIZAÇÃO: ROBÓTICA Mini Bomba de Água Peristáltica para Projetos - FZ1437. Ótima vazão para o seu tamanho; -Excelente sucção; Impulsiona até 100ml por minuto por meio dos "Rollers"; Não contamina o líquido; ESPECIFICAÇÕES: - Modelo: FZ1437; - Alimentação: DC 12V; - Corrente: 80mA; - Temperatura de trabalho: 0 - 40°C; - Umidade relativa: <80%; - Faixa de fluxo: 0-100 ml/min; - Faixa de velocidade: 0,1 - 100RPM; - Comprimento da mangueira: ~45mm; - Conector espigão: 3,6mm; - Diâmetro do motor: 25mm; - Dimensões totais (CxL): ~66x55mm; - Peso: 88g.	UN	15	124,00	1.860,00
75	095.338	BOMBA ESPECIAL DE JATO DE AR	Mini Bomba de Ar / Mini Bomba de Vácuo / Mini Compressor para Arduino - TYAP127. ESPECIFICAÇÕES: - Modelo: TYAP127; - Tensão nominal : 12V; - Potência nominal: 3.6W; - Pressão máxima : 1.5bar; - Vazão máxima : 7L / Min; - Vácuo: -50Kpa; - Diâmetro do motor: 30mm; - Dimensões : 74 x 51 x 32mm - Peso: 140g.	UN	16	220,00	3.520,00
76	393.980	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR AZUL, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RIGIDEZ DIELÉTRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 10 A, MATERIAL ISOLAMENTO POLIPROPILENO, ACABAMENTO SUPERFICIAL NIQUELADO		UN	115	2,67	307,05



77	421.783	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO PINO BANANA, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO > 300.000MOHM A 500VCC 25 C 70% U.R., RIGIDEZ DIELETRICA 2000 VRMS, CORRENTE NOMINAL 25 A, MATERIAL		UN	115	2,67	307,05
78	316.218	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC 25 C 70% U.R.		UN	125	2,67	333,75
79	316.218	BORNE TERMINAL	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC 25 C 70% U.R.	UN	115	2,67	307,05
80	316.219	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO LATÃO ESTANHADO, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELÉTRICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CORPO POLOPAS, RESISTÊNCIA CONTATO MÁXIMO 1 MOHM, RESISTÊNCIA DE ISOLAMENTO 100000 A 500VCC		UN	115	2,67	307,05
81	268.754	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR PRETO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	115	2,67	307,05
82	268.753	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERDE, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	115	2,67	307,05
83	268.755	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO METÁLICO, TIPO FÊMEA, COR VERMELHO, DIÂMETRO INTERNO 4 MM, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PROTEÇÃO EM PLÁSTICO		UN	115	2,67	307,05



84	390.499	BORNE TERMINAL, MATERIAL CORPO PVC, TIPO BORNE, COR BEGE, APLICAÇÃO FIXA EM TRILHO, CORRENTE NOMINAL 28 A, TENSÃO NOMINAL 600 V, BITOLA 4 MM2		UN	115	2,67	307,05
85	369.538	BORNE TERMINAL, TIPO KRE, APLICAÇÃO CIRCUITO IMPRESSO, QUANTIDADE TERMINAIS 2	Borne CBM 02 Cinza 2 Terminais. Alojamento termoplastico reforçado com fibra de vidro UL94 HB, terminal de latão estanhado, borne aço bicromatizado, rigidez dielétrica 3000 Vca/Min, corrente nominal 10A Máx, secção máx do fio max 2,5mm, temperatura de utilização -25 C a + 90 C	UN	60	2,67	160,20
86	369.068	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO CAMPAINHA REDONDA, TIPO PULSADOR, POSIÇÃO RELATIVA SOBREPOR		UN	4	7,00	28,00
87	393.926	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TIPO EMERGÊNCIA, COR VERMELHA, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 22 MM, NÚMERO CONTATO 1 NA + 1 NF, TRAVAMENTO TRAVA COGUMELO 40 MM		UN	4	20,67	82,68
88	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AMARELA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	40	5,00	200,00
89	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR AZUL Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	40	5,00	200,00
90	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR PRETA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	40	5,00	200,00
91	366.110	BOTÃO COMANDO, APLICAÇÃO SISTEMA PNEUMÁTICO, TIPO INDUSTRIAL, COR PRETA, FORMATO RETANGULAR, KNOB, MATERIAL ARO METAL CROMADO, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 30,5 MM	Knob para eixo Estriado - COR VERMELHA Medidas Externas Altura: 19 mm Diâmetro: 14 mm Profundidade: 15 mm	UN	40	5,00	200,00
92	318.186	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE 1A-720-10 (BLINDEX), APLICAÇÃO MANUTENÇÃO CASA DE BOMBAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FURAÇÃO PAINEL 22,5MM, ARO PRETO, NÃO ILUMINADO, TIPO PULSADOR, COR VERDE, FORMATO REDONDO		UN	5	60,00	300,00



93	321.267	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE 4A-720.11-G SÉRIE MODULFIX 700 (EATON), APLICAÇÃO QUADRO SUBESTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FURAÇÃO NO PAINEL 30,5 MM; GUARDA TOTAL; ESPESSUR A, TIPO PULSADOR, COR VERDE, NÚMERO CONTATO 1 NA +		UN	5	60,00	300,00
94	040.975	BOTÃO COMANDO	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE 4A-720.11-R SÉRIE MODULFIX 700 (EATON), APLICAÇÃO QUADRO SUBESTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FURAÇÃO NO PAINEL 30,5 MM; GUARDA TOTAL; ESPESSUR A, TIPO PULSADOR, COR VERMELHA, NÚMERO CONTATO 1 NA	UN	5	60,00	300,00
95	393.423	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE BF1WEG, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TIPO PULSADOR, COR VERDE, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 22 MM, NÚMERO CONTATO 1 NA + 1 NF		UN	5	30,00	150,00
96	393.422	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE BF2WEG, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TIPO PULSADOR, COR VERDE, DIÂMETRO FUROS FIXAÇÃO 22 MM, NÚMERO CONTATO 1 NA + 1 NF		UN	5	29,00	145,00
97	379.814	BOTÃO COMANDO, REFERÊNCIA FABRICANTE PO3.2, APLICAÇÃO COMANDO DE MOTORES DE UMA VELOCIDADE, TIPO PULSADOR DUPLO, NÚMERO CONTATO 2 NA		UN	5	29,00	145,00
98	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 100.00 UN	25	16,00	400,00
99	409.537	BRAÇADEIRA ELETRODUTO, MATERIAL NYLON, COR PRETA, COMPRIMENTO 100 MM, LARGURA 2,5 MM, REFERÊNCIA FABRICANTE HELLERMANN INSULOK T18R, CARGA RUPTURA 80 N, DIÂMETRO AMARRAÇÃO 22 MM		CX 50.00 UN	20	8,00	160,00
100	014.540	BUZINA	Buzzer 12mm Com Oscilador Interno 9V	UN	25	6,50	162,50



101	421.740	CABO ÁUDIO E VÍDEO, MATERIAL CONDUTOR COBRE, APLICAÇÃO ÁUDIO E VÍDEO, COMPRIMENTO 10 M, CONECTORES SPEAKON MACHO- SPEAKON MACHO	Para conexão de caixa de som.	UN	30	23,67	710,10
102	344.468	CABO ÁUDIO E VÍDEO, TIPO CABO P10-P10, COMPRIMENTO 10 POL		UN	55	34,33	1.888,15
103	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 1,5 mm², isolamento para 750 V, cor azul.	RO 100.00 M	15	60,00	900,00
104	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 1,5 mm², isolamento para 750 V, cor branca.	RO 100.00 M	15	60,00	900,00
105	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 1,5 mm², isolamento para 750 V, cor preta.	RO 100.00 M	10	60,00	600,00
106	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 1,5 mm², isolamento para 750 V, cor verde.	RO 100.00 M	3	60,00	180,00
107	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 1,5 mm², isolamento para 750 V, cor vermelha.	RO 100.00 M	10	60,00	600,00
108	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 2,5 mm², isolamento para 750 V, cor azul.	RO 100.00 M	20	101,67	2.033,40
109	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 2,5 mm², isolamento para 750 V, cor branca.	RO 100.00 M	15	101,67	1.525,05
110	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 2,5 mm², isolamento para 750 V, cor preto.	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
111	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 2,5 mm², isolamento para 750 V, cor verde.	RO 100.00 M	5	101,67	508,35
112	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 2,5 mm², isolamento para 750 V, cor vermelha.	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
113	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 4,0 mm², isolamento para 750 V, cor vermelha.	RO 100.00 M	5	162,50	812,50
114	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 4 mm², isolamento para 750 V, cor preta.	RO 100.00 M	5	162,50	812,50
115	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 6 mm², isolamento para 750 V, cor preta.	RO 100.00 M	5	221,00	1.105,00
116	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo flexível de 6 mm², isolamento para 750 V, cor vermelha.	RO 100.00 M	5	221,00	1.105,00
117	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo Flexível Emborrachado para Multitest, 0,25mm. Material Isolante: PVC Emborrachado Condutor: Cobre Nu. Aplicações: Cabos de Instrumentação, Pontas de Provas, etc. Fornecer na cor PRETA.	RO 100.00 M	5	79,50	397,50



118	041.920	CABO COBRE FLEXIVEL	Cabo Flexível Emborrachado para Multiteste, 0,25mm. Material Isolante: PVC Emborrachado Condutor: Cobre Nu. Aplicações: Cabos de Instrumentação, Pontas de Provas, etc. Fornecer na cor VERMELHA.	RO 100.00 M	5	79,50	397,50
119	253.142	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AMARELA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2, BITOLA CONDUTOR 2,5 MM2, QUANTIDADE FIOS 1		RO 100.00 M	3	101,67	305,01
120	247.604	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR AZUL, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2, BITOLA CONDUTOR 2,5 MM2, QUANTIDADE FIOS 1		RO 100.00 M	5	101,67	508,35
121	277.226	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR CINZA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2, APLICAÇÃO MANUTENÇÃO ELÉTRICA		RO 100.00 M	5	101,67	508,35
122	239.154	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR PRETA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2, BITOLA CONDUTOR 2,5 MM2, QUANTIDADE FIOS 1		RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
123	243.945	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO PVC- CLORETO DE POLIVINILA, TEMPERATURA 70 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR VERMELHA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2, BITOLA CONDUTOR 2,5 MM2, QUANTIDADE FIOS 1		RO 100.00 M	3	101,67	305,01
124	250.421	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO SILICONE, TEMPERATURA 200 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR BRANCA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2	COR AMARELA	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
125	250.421	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO SILICONE, TEMPERATURA 200 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR BRANCA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2	COR AZUL	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70



126	250.421	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO SILICONE, TEMPERATURA 200 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR BRANCA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2	COR PRETA	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
127	250.421	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, MATERIAL COBRE ELETROLÍTICO, REVESTIMENTO SILICONE, TEMPERATURA 200 C, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, COR BRANCA, SEÇÃO NOMINAL CONDUTOR 2,5 MM2	COR VERMELHA	RO 100.00 M	10	101,67	1.016,70
128	419.874	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, NORMAS TÉCNICAS NBR-6148, NBR 6245, NBR-6812 E NBR-6880, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, COR DA COBERTURA PRETA, SEÇÃO NOMINAL 1,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE ELETROLÍTICO, MATERIAL		RO 100.00 M	5	60,00	300,00
129	419.880	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, NORMAS TÉCNICAS NBR-6148, NBR 6245, NBR-6812 E NBR-6880, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, COR DA COBERTURA PRETA, SEÇÃO NOMINAL 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE ELETROLÍTICO, MATERIAL		RO 100.00 M	5	101,67	508,35
130	422.676	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO PARALELO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CERTIFICAÇÃO INMETRO, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, FORMAÇÃO DO CABO 3 X 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE ELETROLÍTICO,		PC 100.00 M	25	556,67	13.916,75
131	324.951	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO PP, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, FORMAÇÃO DO CABO 3 X 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE		RO 100.00 M	5	556,67	2.783,35
132	324.953	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL, TENSÃO ISOLAMENTO 750 V, TIPO PP, TÊMPERA CONDUTOR MOLE, FORMAÇÃO DO CABO 4 X 2,5 MM2, MATERIAL DO CONDUTOR COBRE		RO 100.00 M	3	580,00	1.740,00
133	411.424	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO PONTAS DOURADAS, TIPO SAÍDA HDMI MACHO X HDMI MACHO, COMPRIMENTO 20 M, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FILTRO NAS DUAS PONTAS, RESOLUÇÃO 1080P, 720P		UN	30	81,67	2.450,10
134	357.878	CABO EXTENSOR, TIPO BLINDADO, TIPO SAÍDA CONECTOR HD15/DB15 MACHO X MACHO, APLICAÇÃO MONITOR DE VÍDEO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INJETADO/COM FILTRO FERRITE NAS DUAS PONTAS, PADRÃO RGB/VGA/SVGA/XGA		RO 20.00 M	10	65,00	650,00



135	341.828	CABO PARALELO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS POLARIZADO, BITOLA 2 X 1 MM, COR PRETA E VERMELHA		BOB 200.00 M	3	230,00	690,00
136	239.775	CAIXA TOMADA, TIPO SOBREPOR, FORMATO CONTATO UNIVERSAL, FORMATO CORPO RETANGULAR, LARGURA 50 MM, ALTURA 100 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM ESPELHO, TENSÃO NOMINAL 127/220 V	Caixa de Luz 4x2 Sobrepor Branca. Tamanho: 4x2" Cor: Branco Material: Plástico	UN	35	10,67	373,45
137	383.867	CANALETA, MATERIAL PLÁSTICO, TIPO COM TAMPA E PERFURADA, COR CINZA, APLICAÇÃO PASSAGEM E DERIVAÇÃO DE CABOS, TEMPERATURA TRABALHO-20 C A 70 C, DIMENSÕES 30 X 30 X 2000 MM		UN	90	11,50	1.035,00
138	229.568	CANALETA MOLDURA, MATERIAL PVC- CLORETO DE POLIVINILA, SEÇÃO 20 X 10 MM, COMPRIMENTO 2,20 M, APLICAÇÃO PASSAGEM CABO/FIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DIVISÓRIA	COR BRANCA	UN	40	7,33	293,20
139	395.742	CANALETA MOLDURA, MATERIAL PVC- CLORETO DE POLIVINILA, SEÇÃO 30 X 50 MM, COMPRIMENTO 2,20 M, APLICAÇÃO PASSAGEM CABO/FIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM DIVISÓRIA		UN	80	18,83	1.506,40
140	300.501	CAPACÍMETRO DIGITAL, CAPACITÂNCIA NOMINAL 2 NF A 20.000 MICROF, DISPLAY LCD DE 3 1/2 DÍGITOS, PRECISÃO 0,5 PER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM HOLSTER, ENTRADA PROTEGIDA POR FUSÍVEL C/PONTA S		UN	2	138,33	276,66
141	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Capacitor Eletrolítico de 10 microFaraday, tensão nominal de 250 V.	UN	60	4,00	240,00
142	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Capacitor de Poliéster Metalizado, 100 nanoFaraday, tensão nominal 250 V.	UN	60	4,00	240,00
143	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Capacitor de Poliéster Metalizado, 10 nanoFaraday, tensão nominal de 20 V.	UN	60	4,00	240,00
144	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Capacitor de Poliéster Metalizado, 10 picofaraday, tensão nominal de 250 V.	UN	60	4,00	240,00
145	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Capacitor de Poliéster Metalizado de 1 nanoFaraday, tensão nominal de 250 V.	UN	60	4,00	240,00
146	051.853	CAPACITOR FILTRO DE INTERFERENCIA	Super Capacitor - 10F/2.5V	UN	15	4,00	60,00
147	211.986	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 220 V, FORMA TUBULAR, TIPO TERMINAIS AXIAIS FIOS RETOS, COR FAIXA PRETA, COR CORPO PARDA	150pF	UN	60	4,00	240,00



148	398.813	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 400 V, FORMA DISCO, APLICAÇÃO CIRCUITO DE TABLETES, CAPACITÂNCIA NOMINAL 10 PF	Capacitor Disco Cerâmico 10nF x 50V	UN	60	4,00	240,00
149	421.305	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 100 PF		UN	60	4,00	240,00
150	393.653	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 10 PF		UN	60	4,00	240,00
151	393.654	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 12 PF		UN	60	4,00	240,00
152	393.655	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 15 PF		UN	60	4,00	240,00
153	393.649	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 1,8 PF		UN	60	4,00	240,00
154	393.645	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 18 PF		UN	60	4,00	240,00
155	421.308	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 1 NF		UN	60	4,00	240,00
156	421.302	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 1 PF		UN	60	4,00	240,00
157	421.293	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 220 PF		UN	60	4,00	240,00
158	421.300	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 2,2 PF		UN	60	4,00	240,00
159	421.292	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 22 PF		UN	60	4,00	240,00
160	393.648	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 2,7 PF		UN	60	4,00	240,00
161	421.306	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 330 PF		UN	60	4,00	240,00



162	421.299	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 3,3 PF		UN	60	4,00	240,00
163	421.304	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 33 PF		UN	60	4,00	240,00
164	393.650	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 3,9 PF		UN	60	4,00	240,00
165	393.647	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 39 PF		UN	60	4,00	240,00
166	421.295	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 470 PF		UN	60	4,00	240,00
167	393.646	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 47 PF		UN	60	4,00	240,00
168	421.294	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 560 PF		UN	60	4,00	240,00
169	393.652	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 5,6 PF		UN	60	4,00	240,00
170	421.303	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 56 PF		UN	60	4,00	240,00
171	421.291	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 680 PF		UN	60	4,00	240,00
172	421.301	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 6,8 PF		UN	60	4,00	240,00
173	421.297	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 68 PF		UN	60	4,00	240,00
174	421.298	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 820 PF		UN	60	4,00	240,00
175	393.651	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 8,2 PF		UN	60	4,00	240,00



176	421.296	CAPACITOR FIXO CERÂMICO, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO PRÁTICAS ELETRÔNICAS, CAPACITÂNCIA NOMINAL 82 PF		UN	60	4,00	240,00
177	393.668	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 100 MF, TENSÃO NOMINAL 25 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	120	4,00	480,00
178	398.756	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 100 MICROF, TENSÃO NOMINAL 50 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	120	4,00	480,00
179	393.670	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 1500 MF, TENSÃO NOMINAL 25 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	120	4,00	480,00
180	393.669	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 150 MF, TENSÃO NOMINAL 25 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	60	4,00	240,00
181	064.297	CAPACITOR	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 220 MF, TENSÃO NOMINAL 250 V	UN	60	4,00	240,00
182	398.800	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 330 MF, TENSÃO NOMINAL 250 V		UN	60	4,00	240,00
183	398.802	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 330 MF, TENSÃO NOMINAL 50 V		UN	60	4,00	240,00
184	393.666	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 3,3 MF, TENSÃO NOMINAL 25 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	60	4,00	240,00
185	064.297	CAPACITOR	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 470 MF, TENSÃO NOMINAL 250 V	UN	60	4,00	240,00
186	398.809	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 470 MF, TENSÃO NOMINAL 50 V		UN	60	4,00	240,00
187	362.976	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 470 MF, TENSÃO NOMINAL 63 V		UN	60	4,00	240,00
188	418.862	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 470 MICROF, TENSÃO NOMINAL 35 V		UN	60	4,00	240,00
189	393.665	CAPACITOR FIXO ELETROLÍTICO ALUMÍNIO, CAPACITÂNCIA NOMINAL 47 MF, TENSÃO NOMINAL 25 V, APLICAÇÃO ELETRÔNICOS		UN	60	4,00	240,00



190	398.759	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 1000 MF, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TENSÃO NOMINAL 50 V		UN	120	4,00	480,00
191	257.514	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 1000 MICROF, TENSÃO 35 V, APLICAÇÃO MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS		UN	60	4,00	240,00
192	257.515	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 2200 MICROF, TENSÃO 250 V, APLICAÇÃO MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS		UN	120	4,00	480,00
193	260.811	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 2200 MICROF, TENSÃO 35 V, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL		UN	120	4,00	480,00
194	248.340	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 2200 MICROF, TENSÃO 63 V		UN	120	4,00	480,00
195	248.341	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 3.300 MICROF, TENSÃO 63 V		UN	120	4,00	480,00
196	248.344	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 4700 MICROF, TENSÃO 63 V		UN	120	4,00	480,00
197	387.636	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 470 MF, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, TENSÃO NOMINAL 25 V		UN	120	4,00	480,00
198	244.935	CAPACITOR, TIPO ELETROLÍTICO, CAPACITÂNCIA 680 MF, TENSÃO 200 VAC, APLICAÇÃO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EM GERAL, MATERIAL ALUMÍNIO ELETROLÍTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS IMPEDÂNCIA DE 9,7 OHMS, 50/60 HERTZ		UN	120	4,00	480,00
199	257.517	CAPACITOR, TIPO POLIESTER, CAPACITÂNCIA 0,47 MICROF, TENSÃO 250 V, APLICAÇÃO MONTAGEM DE CIRCUITOS IMPRESSOS		UN	120	4,00	480,00
200	424.161	CAPACITOR VARIÁVEL CERÂMICO, TIPO TRIMMER, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACABAMENTO FECHADO		UN	60	4,00	240,00
201	353.713	CARREGADOR BATERIA, CAPACIDADE 2 OU 4 PILHAS AA/AAA., CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/D, PROTEÇÃO CONTRA INVERS Ã, APLICAÇÃO MATERIAL DE INFORMÁTICA, TIPO BATERIA RECARREGÁVEIS NI-MH/NI-CD	Carregador de bateria para sony bp-65h, bp-gl65, bp-gl95, bp-il75, bp-l40, bp-l40a, bp-l60, bp-l60a, bp-l60s, bp-l90, bp-l90a(v de montagem)	UN	10	60,00	600,00
202	353.713	CARREGADOR BATERIA, CAPACIDADE 2 OU 4 PILHAS AA/AAA., CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FONTE DE ALIMENTAÇÃO AC/D, PROTEÇÃO CONTRA INVERS Ã, APLICAÇÃO MATERIAL DE INFORMÁTICA, TIPO BATERIA RECARREGÁVEIS NI-MH/NI-CD		UN	10	31,67	316,70



203	242.754	CARREGADOR BATERIA, TIPO PORTÁTIL, VELOCIDADE CARGA RÁPIDA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/ 220 V, CAPACIDADE 04 PILHAS TIPO AA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUNÇÃO AUTODESCARGA E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO		UN	5	30,67	153,35
204	258.550	CARREGADOR BATERIA, TIPO PORTÁTIL, VELOCIDADE CARGA RÁPIDA, TENSÃO ALIMENTAÇÃO 110/ 220 V, CAPACIDADE 1 BATERIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS FUNÇÃO AUTODESCARGA E DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, APLICAÇÃO BATERIA 9V/PILHA 1.5V		UN	5	44,50	222,50
205	071.560	CARREGADOR PORTATIL DE BATERIA	Carregador Portátil USB. Capacidade de 5000mAh. Saída de 1,5 A.	UN	15	31,00	465,00
206	385.448	CÉLULA FOTOELÉTRICA, TIPO PELTIER, USO PURIFICADOR MARCA LATINA	Pastilha Termoelétrica Peltier TEC1-12706 Cooler. Faixa de temperatura: -30 a 70 Celsius - Tensão de operação: 0-15,2VDC - Corrente de operação: 0-6A - Potência máxima: 60W - Dimensões: 40 x 40mm	UN	35	27,00	945,00
207	341.540	CÉLULA FOTOELÉTRICA, TIPO SILÍCIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PRÓPRIA P/ LUZ SOLAR CONCENTRADA		UN	35	27,00	945,00
208	257.541	CHAVE ELÉTRICA, TIPO ALAVANCA, CORRENTE NOMINAL 6 A, APLICAÇÃO MONTAGEM EM PAINEL, ISOLAÇÃO 250 V, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS 03 POLOS E 03 POSIÇÕES	Chave Alavanca MTS101 (2T Liga/Desliga) Características: 6A 125 Vac 3A 250 Vac	UN	35	5,00	175,00
209	248.350	CHAVE ELÉTRICA, TIPO ESTRELA-TRIÂNGULO, ACIONAMENTO MANUAL ROTATIVO, CORRENTE NOMINAL 60 A, VOLTAGEM 600 V, APLICAÇÃO ACIONAMENTO MOTOR ELÉTRICO		UN	5	160,00	800,00
210	400.099	CHAVE ELÉTRICA, TIPO INTERRUPTOR DE ALAVANCA, ACIONAMENTO CIRCUITO ELÉTRICO, CORRENTE NOMINAL 1 A, APLICAÇÃO ELETRÔNICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS DOIS POLOS E DUAS POSIÇÕES		UN	35	4,67	163,45
211	390.261	CHAVE ELÉTRICA, TIPO INTERRUPTOR DE ALAVANCA, CORRENTE NOMINAL 15 A, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO PREDIAL, NÚMERO POLOS MONOPOLAR, REFERÊNCIA MARGIRUS, POSIÇÕES DE ACIONAMENTO LIGADO/DESLIGADO E MEIO		UN	5	11,28	56,40



212	390.262	CHAVE ELÉTRICA, TIPO INTERRUPTOR DE ALAVANCA, CORRENTE NOMINAL 15 A, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO PREDIAL, TENSÃO NOMINAL 120 V, NÚMERO PÓLOS TRIPOLAR, REFERÊNCIA MARGIRUS, POSIÇÕES DE ACIONAMENTO LIGADO/DESLIGADO E MEIO		UN	5	29,67	148,35
213	411.351	CHAVE ELETRÔNICA, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS OPTOELETRÔNICA, REFERÊNCIA PHCT203, QUANTIDADE TERMINAIS 4	Chave Optica TP850	UN	25	10,33	258,25
214	406.278	CHAVE FIM DE CURSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CABEÇOTE MOVIMENTO ANGULAR:ALAVANCA COMPRIMENTO V A, TIPO ACIONAMENTO ALAVANCA COM ROLDANA EM AÇO , DISPOSITIVO DE ATAQUE ALAVANCA ROLDANA, TENSÃO NOMINAL 250 VCA, NÚMERO DE		UN	5	35,46	177,30
							151.710,55

Valor total estimado **R\$ 151.710,55 (Cento e cinquenta e um mil setecentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos).**

*** IMPORTANTE: Em caso de divergência com a Descrição, prevalecerá o descrito no Complemento.**

1 – DA JUSTIFICATIVA, NECESSIDADE E EVIDÊNCIAS QUANTO ÀS VANTAGENS DA AQUISIÇÃO

A UFMS possui, dentre as finalidades e objetivos definidos em seu estatuto, a função de geração, difusão e aplicação de conhecimentos que contribuam para melhorar a qualidade de vida da sociedade, através das atividades de formação e qualificação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, caracterizando-se aí sua atividade fim. Dentro da área de ensino, em diversos setores da UFMS, são disseminadas de forma rotineira e contundente as aulas de laboratório em vários cursos de graduação e pós-graduação, onde também diversas pesquisas estão sendo desenvolvidas atualmente, que requerem os mais variados tipos de material para uso laboratorial. A previsão de demanda atual contempla os mais variados tipos de produtos para uso em laboratórios, com especificações diretamente relacionadas à necessidade de aplicação, levando-se em consideração o aumento ocorrido na demanda nos últimos exercícios. Esta demanda foi dividida em duas partes, sendo esta a primeira parte. A aquisição dos referidos materiais visa atender às demandas da previsão da UFMS realizadas para os anos de 2017/2018. A aquisição dos bens acima referenciados é necessária para utilização em pequenos reparos e manutenção na parte elétrica, em diversos setores dos campi da UFMS, conforme solicitado pelas unidades acadêmicas setoriais. Estas previsões foram realizadas pelos requisitantes no ano de 2017. **(Parte 1)**



2 – ESTIMATIVA DE CUSTO

2.1 – Na proposta de preço deverão estar inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, **taxas, fretes, transportes, garantia dos produtos e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.**

2.2 – Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à estimativa prévia de custo pela UFMS, esta poderá exigir que a licitante apresente um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

2.2.1 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 3º do Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93, para efeito de comprovação de sua inexequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) Solicitação à proponente para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- c) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- d) Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- e) Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e
- f) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

2.2.2 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

2.3 – O valor total estimado para esta contratação é de **R\$ 151.710,55 (Cento e cinquenta e um mil setecentos e dez reais e cinquenta e cinco centavos).**

3 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A dotação orçamentária para aquisição será liberada no decorrer do exercício (parágrafo 2º do artigo 7º - decreto 7892/2013).

4 – EXIGÊNCIAS DE ESPECIFICAÇÕES, CONDIÇÕES E PRAZOS:

4.1 – Fica terminantemente proibida a sub-rogação do compromisso pertinente ao ato licitatório, sob pena de responsabilidade civil à adjudicatária.

4.2 – Incidirão sanções e penalidades legalmente estabelecidas à adjudicatária por descumprimento das normas editalícias.



4.3 – Condições para a entrega:

- a) O prazo máximo de entrega será de até 15 (dez) dias, contados a partir do recebimento da respectiva nota de empenho.
- b) O prazo de validade deverá ser de no mínimo 90 (sessenta dias), contados a partir da data do recebimento do material pela Contratante.

4.4 – Local Horário e condições de recebimento:

Local:

- **Material de consumo** - Divisão de Almoxarifado– Coordenadoria de Gestão de Materiais da UFMS– Av. Senador Filinto Miller, n.º 1555 – Fundos–Vila Ipiranga– Campo Grande/MS–CEP 79074-460.

- **Material permanente** -Divisão de Patrimônio – Coordenadoria de Gestão de Materiais da UFMS – Av. Senador Filinto Miller, n.º 1555 – Fundos – Vila Ipiranga – Campo Grande / MS – CEP 79074-460.

Horário: das 07h30min às 10h30min e das 13h30min às 16h30min, em dia útil

4.5 – Recebimento provisório:

- a) O objeto deverá ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme descrito na especificação, deste Termo, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE;
- b) O servidor recebedor, limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar na mesma a data de recebimento, se for o caso, as irregularidades observadas;
- c) A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas recebimento provisório.

4.6 – Recebimento Definitivo:

- a) No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, um servidor designado pela UFMS, procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com o exigido neste Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora;
- b) Caso satisfatório as verificações, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor financeiro, para fins de pagamento;
- c) Caso insatisfatório as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração;
- d) Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;
- e) Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente a expensas da Contratada.

4.7 – Demais condições de fornecimento deverão estar de acordo com o que prevê o Código de Defesa do Consumidor.

5 – DEVERES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE:

5.1 - Constituem deveres da Contratada:



- a) Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Termo;
- b) Cumprir fielmente o presente, de modo que no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue;
- c) Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;
- d) Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referente às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;
- e) Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os produtos que não estiver apto para consumo sem nenhuma despesa para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis, os produtos que apresentarem vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, sem nenhuma despesa para a Administração; e
- f) Manter todas as condições exigidas no certame licitatório.
- g) Para os itens 59 a 70, a contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata

5.2- Constituem deveres da Contratante

- a) Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos produtos por meio de servidores especialmente designados para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva fatura, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- b) Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do produto, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico e em seus Anexos.
- c) Proceder ao pagamento na forma e prazo pactuados;
- d) Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva entrega dos produtos, por servidor competente, conforme Nota de Empenho;
- e) Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa

6 – CONDIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

6.1 – Os bens devem ser preferencialmente, entregues acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



7 – UNIDADES REQUISITANTES DESTE TERMO DE REFERÊNCIA (PREVISÃO POR REGISTRO DE PREÇOS): DIAX/PROADI, CEX/PROECE, DIGR/PROECE, COAD/CPAN, COAD/CPAQ, COAD/CPTL, CPNA, FACOM, FAMEZ, COAD/INQUI, INMA, CPAR, CPPP, FAENG, INFI, SAD/CPCS, SAD/CPCX, SAD/CPPP, COAD/INBIO, PROPLAN.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



PREGÃO ELETRÔNICO

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO II

IDENTIFICAÇÃO DA LICITAÇÃO

DADOS A SEREM PREENCHIDOS PELA LICITANTE

- 01 – RAZÃO SOCIAL: _____
- 02 – FANTASIA: _____ CNPJ: _____
- 03 – ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____
- 04 – CIDADE: _____ UF: _____ CEP: _____
- 05 – FONE: (____) _____ FAX: (____) _____
- 06 – E-MAIL: _____ SITE: http:// _____
- 07 – BANCO/AGÊNCIA: _____ Nº CONTA: _____
- 08 – AGÊNCIA/CÓDIGO: _____ PRAÇA: _____
- 09 – NOME E CPF DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA EMPRESA:

- 10 – NOME E CPF DA PESSOA PARA CONTATO E INFORMAÇÃO SOBRE A COTAÇÃO E/OU
REPRESENTANTE NESTA PRAÇA: _____ FONE: _____
- 11 - CONDIÇÃO DE PAGAMENTO: _____
- 12 - PRAZO DE ENTREGA: _____
- 13 - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: _____

“DECLARO QUE CONHEÇO E ACEITO AS CONDIÇÕES

CONTIDAS NESTE EDITAL”

Assinatura identificada da licitante

Obs: Ao usar os modelos como anexo retirar os timbres do órgão.

Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI/UFMS)
Avenida Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário
Fones: (67) 3345.3585/3528 – Emails: pregao.proadi@ufms.br
79070-900 - CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

**ANEXO III – PLANILHA PARA FORMAÇÃO DE PREÇOS / PROPOSTA COMERCIAL
(MODELO)**

(Deverá constar na proposta a descrição completa, marca e garantia, por item).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	Valor Unitário	Valor Total
01		Unidade		

Valor da proposta R\$ _____

Na proposta de preço estão inclusos todos os custos necessários ao atendimento do objeto, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações trabalhistas e previdenciárias, taxas, transportes, garantia, e seguros incidentes ou que venham a incidir sobre o fornecimento.

(local) _____, _____ / _____ /2017

Carimbo / Assinatura licitante



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

_____,
CNPJ _____ sediada à _____, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ / ____ /2017

(local)

Carimbo/assinatura da licitante



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE MENOR TRABALHADOR

Declaramos que não possuímos em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do inciso XXXIII do Artigo 7 da Constituição Federal.

, / /2017

(local)

Carimbo /assinatura da licitante



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item 9.2 do Edital do **Pregão Eletrônico SRP 48/2017**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico acima especificado antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico acima especificado não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(local)

,

/

/2017

Carimbo/ assinatura representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, (com identificação completa) – Obs.: emitir em papel que identifique a licitante.



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante / Consórcio), para fins do disposto no item 9.2 do Edital do **Pregão Eletrônico SRP 48/2017**, declara, sob as penas da lei, nos termos do Decreto 3931/2001 e do art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) tem total ciência e conhecimento que esta licitação se trata de Sistema de Registro de Preços;

(b) que tem conhecimento de que os preços por ele fornecidos e posteriormente registrados nesta Ata ficarão válidos para o Órgão por um período de 12 meses;

(c) que, tem ciência do artigo 7º do Decreto 3931/2001: “A existência de preços registrados **não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir**, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições”.

(d) que tem conhecimento total do conteúdo da Minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao Edital e total concordância com seus termos.

(e) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(local) _____, _____ / _____ /2017

Carimbo/ assinatura representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, (com identificação completa) – Obs.: emitir em papel que identifique a licitante.



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51**

ANEXO VIII

TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº /2017

A empresa _____-inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, concorda plenamente com os termos e conteúdo da Ata de Registro de Preços, referente ao Pregão Eletrônico – SRP nº **48/2017**, e declara que tomou conhecimento do (s) item (ns) através dos Termos de Adjudicação e de Homologação no site www.comprasgovernamentais.gov.br e assume toda a responsabilidade sobre o fornecimento do material ali especificado, de acordo com o estabelecido em Ata pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

, / /2017

(local)

Assinatura identificada do representante da empresa

**PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Coordenadoria de Gestão de Materiais (CGM/PROADI/UFMS)
Avenida Costa e Silva, s/nº – Bairro Universitário
Fones: (67) 3345.3585/3528 – Emails: pregao.proadi@ufms.br
79070-900 - CAMPO GRANDE – MATO GROSSO DO SUL



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2017
Processo Administrativo nº 23446.000703/2017-51

ANEXO IX - ATA PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº / - MINUTA

Pelo presente instrumento particular a **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**, instituída nos termos da Lei 6.674, de 05 de julho de 1979, inscrita no CNPJ/MF sob o número 15.461.510/0001-33, com sede e foro nesta Capital, representada pelo seu Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, Cláudio César da Silva, conforme delegação de atribuição objeto da Portaria n.º 94, de 02/02/2017, em virtude de deliberação, publicada no Diário Oficial da União de _____, às fls. _____, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico para o Sistema de Registro de Preços nº 48/2017, objeto do Processo Licitatório n.º 23446.000703/2017-51, homologada pelo Ordenador de Despesas da UFMS às fls. _____, resolve, registrar o preço do produto para atender as necessidades da UFMS, que passa a fazer parte desta, tendo sido, os referidos preços oferecidos pela(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi (ram) classificada(s) em primeiro lugar no certame supramencionado, conforme abaixo discriminada(s):

Empresa: _____, com sede à _____, cidade _____, representada neste ato, por seu _____ Sr(a). _____, portador da RG nr. _____ e CPF _____;

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1- A presente Ata tem como objeto o registro de preços para **Aquisição de material eletro eletrônico de consumo laboratorial para atender as demandas da UFMS. (Parte 1)** especificado na Cláusula Quarta, decorrente do Processo nº 23446.000703/2017-51 – Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços nº 48/2017, do qual este é integrante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá vigência a partir da data de sua assinatura, pelo período de doze meses, tendo validade e eficácia após a publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, a UFMS não se obriga a solicitar o material licitado exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazer outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à (s) empresa (s) detentora, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à(s) detentora(s), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul / UFMS.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO



4.1- Os preços ofertados pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços, de acordo com as respectivas classificações no Pregão Eletrônico – SRP nº 48/2017, são os seguintes:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Total

4.2- Para cada item constante desta Ata, serão observadas, as apresentações dos preços, cumprimento das cláusulas e demais condições constantes do Edital de Pregão Eletrônico – SRP nº 48/2017, a proposta apresentada que a precedeu, e que integra o presente instrumento de compromisso.

4.3- O valor total estimado é de R\$ (), sendo:

R\$ para a empresa

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

5.1- Os termos, cláusulas e condições deste ajuste poderão ser alterados mediante Termo Aditivo, nas situações e limites permitidos pela Lei nº 8.666/93, observado o interesse público.

5.2 - Na hipótese da ocorrência, na forma da lei, de sub-rogação, cisão ou incorporação da fornecedora, deverá ser celebrado ajuste contratual específico, observadas os procedimentos estabelecidos na Lei 8.666/93 e outras disposições aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 – A emissão de nota de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo Ordenador de Despesas da Universidade.

6.2 – A nota de empenho terá toda a descrição do objeto, quantidade e valores, de acordo com as necessidades das Unidades.

6.3 – A ordem de fornecimento só estará caracterizada mediante o recebimento, pela empresa fornecedora, da nota de empenho expedida pelo Órgão.

6.4 – A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá confirmar, no documento que a acompanhar, a data e hora em que a recebeu além de identificação de quem a recebeu, devendo ser devolvida à unidade que a enviou, para fins de controle.

6.5 – A empresa fornecedora ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta ARP, mesmo que a entrega deles decorrente, estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.6 – As notas fiscais deverão ser expedidas de acordo com o especificado na correspondente nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES

7.1- Constitui-se em obrigações das contratantes:

I – DA CONTRATADA



- a) Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Termo;
- b) Cumprir fielmente o presente, de modo que no prazo estabelecido, o objeto contratado seja entregue;
- c) No caso de esgotamento de mercado do objeto ofertado na ocasião da licitação, ou a contratada estiver com dificuldades para efetuar as entregas dos mesmos, poderão ser aceitos como opções para possíveis substituições, aqueles que comprovadamente possuírem qualidades e rendimentos superiores aos ofertados.
- d) Assumir, ainda a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação;
- e) Recolher aos cofres públicos conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referente às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura;
- f) Substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias, os produtos que apresentarem defeitos sem nenhuma despesa para a Administração, sem prejuízo das sanções cabíveis, os produtos que apresentarem vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, sem nenhuma despesa para a Administração; e
- g) Manter todas as condições de habilitação exigidas no certame licitatório.

II - DA CONTRATANTE

- a) Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos materiais por meio de servidores especialmente designados para esse fim, procedendo ao atesto na respectiva fatura, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- b) Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações do Edital do Pregão Eletrônico e em seus Anexos;
- c) Proceder ao pagamento na forma e prazo pactuados;
- d) Atestar as Notas Fiscais/Faturas relativas à efetiva entrega dos materiais, por servidor competente, conforme Nota de Empenho;
- e) Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

III – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

1) Material de consumo - Divisão de Almoxarifado– Coordenadoria de Gestão de Materiais da UFMS–Av. Senador Filinto Miller, n.º 1555 – Fundos–Vila Ipiranga– Campo Grande/MS–CEP 79074-460.



Material permanente -Divisão de Patrimônio – Coordenadoria de Gestão de Materiais da UFMS – Av. Senador Filinto Miller, n.º 1555 – Fundos – Vila Ipiranga – Campo Grande / MS – CEP 79074-460.

Horário: das 07h30min às 10h30min e das 13h30min às 16h30min, em dia útil:

2) Recebimento provisório:

- a) O objeto deverá ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme descrito na especificação do Termo de Referência e Proposta, conforme o quantitativo da Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido pela UNIVERSIDADE;
- b) A Divisão de Almoxarifado da UFMS – Campus Campo Grande, limitar-se-á a verificar a sua conformidade com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar na mesma a data de recebimento dos equipamentos e, se for o caso, as irregularidades observadas;
 - b.1) A simples assinatura de servidor em canhoto de fatura ou conhecimento de transporte implica apenas recebimento provisório.

3) Recebimento Definitivo:

- a) No prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, um servidor designado pela UFMS, procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com o exigido neste Edital e com o constante na respectiva proposta de preço da licitante vencedora;
- b) Caso satisfatório as verificações deste inciso, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor financeiro, para fins de pagamento;
- c) Caso insatisfatório as verificações, o material deverá ser substituído, no prazo de até 10 (dez) dias contados da comunicação formal desta Administração;
- d) Caso a substituição não ocorra no prazo acima determinado, ou caso o novo material também seja rejeitado, estará à contratada incorrendo em atraso na entrega, sujeita à aplicação de penalidades;
- e) Os custos de substituição do material rejeitado correrão exclusivamente às expensas da Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DA FONTE DE RECURSOS

8.1 – A despesa decorrente da execução desta Ata de Registro de Preços correrá à conta da dotação orçamentária consignada no Programa de Trabalho, Elemento de Despesa, Fonte e nota de empenho.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1 – O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária, a crédito exclusivo da empresa fornecedora, na conta corrente indicada pela mesma, observada a condição apresentada na proposta, obedecidas as formalidades de praxe, num prazo máximo de 30 dias.

9.2 – Quando do pagamento do crédito, serão retidos os tributos federais previstos no art. 64 da Lei 9.430 de 27 de dezembro de 1996. A empresa fornecedora optante do SIMPLES, deverá



apresentar, para fins de cadastro, no ato da assinatura desta ARP ou anexo ao Termo de Responsabilidade sobre a ARP, cópia autenticada do termo de opção.

9.3 - Os pagamentos serão efetuados à empresa contratada de acordo com os valores formalmente empenhados e após a certificação dos documentos fiscais pelo Gestor da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ADEQUAÇÃO DOS PREÇOS

10.1 – Durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis.

10.2 – Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a empresa fornecedora, após a assinatura da Ata, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

10.3 – A empresa fornecedora poderá desonerar-se do compromisso contratualmente ajustado, quando, a critério da Administração, comprovar desequilíbrio econômico-financeiro, ou outro motivo de força maior ou caso fortuito impeditivo do adequado cumprimento da ARP, que poderá ser feito através de lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

11.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

11.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

11.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

A) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

B) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

11.3.1 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4 - O registro do fornecedor será cancelado quando:



- a) descumprir as condições da ata de registro de preços.
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

11.4.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas a) b) e d) será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.5 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

12.1 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial do objeto contratado, erros ou atraso na entrega dos materiais e ainda, quaisquer outras irregularidades, a UFMS poderá, garantida a prévia defesa, se aplicarão à Contratada, as penalidades delineadas no contrato, além das previstas nos Artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/1993, no Art. 7 da Lei nº. 10.520/2002, no Art. 14, do Decreto nº. 3.555/2000 e no Art. 28, do Decreto nº. 5450/2005.

12.2 – A infração pela Contratada, das cláusulas contratuais que caracterizem inexecução do contrato ou demais cláusulas, ensejar o atraso do início da execução do objeto, ficará sujeita às seguintes penalidades, sendo que o atraso superior a 30 (trinta) dias caracterizará a inexecução do objeto independentemente das demais cominações legais cabíveis:

- a) Advertência;
- b) Multa, por atraso injustificado na execução do contrato, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, durante os 30 (trinta) primeiros dias, sobre o valor global do contrato homologado, limitada a 15% (quinze por cento);
- c) Multa, por infração de cláusula contratual, de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato homologado, sendo dobráveis na reincidência;
- d) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no presente contrato;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar e/ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a UFMS pelos



prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada, por inexecução total do contrato que acarrete grave prejuízo ao objeto contratado ou apresentar informação e/ou documentos falsos e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das multas previstas no contrato.

12.3 – Se a Contratada ensejar o atraso do início da execução do objeto, não mantiver a proposta, fornecer o objeto em desconformidade com o especificado pela UFMS, recusar-se ou atrasar injustificadamente em entregar, total ou parcialmente, as Notas de Empenho de Despesas, Ordens de Compras, assinadas pelo Ordenador de Despesa da UFMS, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficara impedida de licitar e contratar com a Administração Pública e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de fornecedores (SICAF), pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação pela própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.

12.4 - As multas constantes no item 12.2 deverão ser recolhidas ao Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), dentro de 2 (dois) dias úteis, contados da data da notificação que informa a aplicação da multa. Se o valor da multa não for pago será descontado de eventual crédito da Contratada e/ou inscrita no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal – CADIN e cobrada judicialmente

12.5 - A aplicação de penalidade será feita, mediante autuação de Processo Administrativo específico, aberto pelo gestor ou autoridade competente, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial. A UFMS deverá comunicar à Contratada sua intenção de lhe aplicar as penalidades previstas no contrato, quando entender configurada a hipótese de aplicação da sanção, assegurando-lhe o direito ao contraditório e à prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação. Esta comunicação deverá ser feita por meio de Notificação, a qual deverá ser entregue pessoalmente ou pela via postal com Aviso de Recebimento ou Sedex, aos representantes legais da Contratada. Em caso de não conseguir localizar a Contratada, esta deverá ser notificada por edital a ser publicado no Diário Oficial da União ou em jornal local de grande ou maior circulação.

12.6 - A aplicação de multa por atraso na execução do contrato não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste contrato. A reincidência da mesma infração de cláusula contratual ou de Ata de Registro de Preços configurará inexecução do contrato

12.7 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), e no caso de impedimento de licitar e contratar, a Contratada deverá ser descredenciada no SICAF por período de até 5 (cinco) anos.

12.8 - A exceção das sanções de “Advertência” e de “Multa de Mora”, as demais serão publicadas obrigatoriamente no Diário Oficial da União.

12.9 – As penalidades de Advertência, de Impedimento de licitar e contratar com Administração Pública e de Declaração de Inidoneidade podem ser aplicadas juntamente com a penalidade de Multa.

12.10 - As penalidades previstas neste contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da UFMS, se entender que as justificativas são relevantes ou em casos



fortuitos e/ou de força maior, devidamente comprovados pela Contratada, sujeitando-se à análise e aceitação da UFMS.

12.11 - A Contratada não poderá transferir ou ceder a qualquer título, os direitos e as obrigações decorrentes deste contrato, sob pena de rescisão contratual, com as cominações legais cabíveis.

12.12 - É vedada a cobrança ou desconto bancário de eventual duplicata emitida em decorrência deste contrato, sendo cominada automaticamente a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota fiscal, independente de sua imediata rescisão e aplicação das demais cominações previstas nas Leis nº. 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decretos 3.555/2000 e 5.450/2005.

12.13 - Todas as sanções previstas neste contrato serão aplicadas pelo Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura mediante Processo Administrativo.

12.14 - Aos Órgãos Participantes, se houver, caberá os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observadas a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão Gerenciador.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 - Para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preços é competente a Seção Judiciária da Justiça Federal de Mato Grosso do Sul, subseção de Campo Grande.

Campo Grande, MS,.

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Empresa Fornecedora Empresa Fornecedora Empresa Fornecedora
Testemunhas: 1 _____ 2 _____

CPF :

CPF